



## CONFLITOS E FRAGILIDADES DE UMA ATIVIDADE TURÍSTICA NÃO PLANEJADA: UM OLHAR DIRECIONADO ÀS PRAIAS DE PORTO DE GALINHAS E ITAMARACÁ/PE

**Luiz Roberto de Oliveira<sup>1</sup>**  
Escola Superior de Relações Públicas – ESURP  
[betopernambuco@yahoo.com.br](mailto:betopernambuco@yahoo.com.br)

**Lina Juliana Tavares Viana<sup>2</sup>**  
Escola Superior de Relações Públicas – ESURP  
[julianaviana01@yahoo.com.br](mailto:julianaviana01@yahoo.com.br)

**André Luiz da Cunha Braga<sup>3</sup>**  
Escola Superior de Relações Públicas - ESURP  
[nav.braga@gmail.com](mailto:nav.braga@gmail.com)

### Resumo

A relação entre turismo, meio ambiente e cultura é de consumo. Com o desequilíbrio ambiental e cultural nas comunidades receptoras, a atividade turística perde a sua sustentabilidade. Dessa forma, este artigo buscou compreender os principais impactos gerados por conflitos e fragilidades causados pela atividade turística não ou mal planejada no meio ambiente, na economia e, na cultura das comunidades receptoras. A metodologia utilizada para este estudo configura a pesquisa explicativa, bibliográfica e documental. Os resultados

---

<sup>1</sup> Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas. Aluno do Programa de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Planejamento e Gestão do Turismo Cultural e Ambiental da Escola Superior de Relações Públicas – ESURP.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo e Hotelaria, Mestre em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI/SC. Professora do Programa de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) da Escola Superior de Relações Públicas – ESURP.

<sup>3</sup> Bacharel em Turismo, Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela FUNDAJ/PE. Professor do Programa de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) da Escola Superior de Relações Públicas – ESURP.

desta pesquisa apontam para a necessidade de melhorias no sistema de saneamento básico existente nas praias de Porto de Galinhas e Itamaracá. Esse fato se deve aos dejetos que são jogados no meio ambiente sem passar por um tratamento adequado, podendo também causar transtorno à saúde de moradores e visitantes.

**Palavras chaves:** Planejamento Turístico. Meio Ambiente. Cultura.

### **Abstract**

The relationship of tourism with the environment and the culture of consumption. With the environmental and cultural imbalance in the host communities, the tourism loses its sustainability. Thus, we aimed to understand the main impacts generated by conflict and weakness caused by tourism not or poorly planned in the environment, economy and culture of the host communities. The methodology used for this study sets the explanatory research, literature and documents. Our results point to the need for improvements in sanitation system existing on the beaches of Porto de Galinhas and Itamaracá. This is due to waste that are dumped into the environment without going through proper treatment and may also have on the health of residents and visitors.

**Keywords:** Tourism Planning. Environment. Culture.

### **Introdução**

O turismo, assim como toda atividade sócio-econômica, gera impacto, tanto ao meio ambiente, quanto à cultura das comunidades receptoras. Estes impactos podem aparecer de forma positiva ou negativa e, de acordo com a sua intensidade, podem variar com o maior ou menor grau de planejamento, controle e monitoramento da atividade turística.

Um planejamento adequado permite minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos, todavia, deve estar fundamentado em um estudo detalhado sobre as potencialidades e carências de dada região, levando sempre em conta a sua capacidade de suporte. O planejamento também deve contemplar a participação ativa da sociedade civil em todas as suas etapas, especialmente no tocante à educação da população local para o turismo.

As consequências da falta de planejamento turístico conseguem inibir, após um período de tempo, os benefícios econômicos advindos desta atividade. Algumas localidades têm o turismo como principal fonte geradora de economia, a exemplo da praia de Porto de Galinhas, no litoral sul de Pernambuco, que chega a triplicar a sua população na alta temporada, fazendo surgir também problemas que aumentam na mesma proporção. Por outro lado, a economia local é aquecida e isso, por si só, faz com que os gestores públicos desenvolvam ações

turísticas desprovidas de planejamento adequado e fora do contexto cultural da comunidade receptora, visando única e exclusivamente os lucros imediatos da exploração desta atividade.

Com base nessas informações essa investigação buscou analisar as questões relacionadas aos impactos e conflitos sociais, econômicos e ambientais causados por uma atividade turística sem o devido planejamento. A partir dessa investigação, foram surgindo alguns aspectos que ainda não são devidamente trabalhados pelo Poder Público.

Diante do exposto, este artigo apresenta-se fundamentado em um estudo bibliográfico, investigativo, relacionado às fragilidades e conflitos existentes na atividade turística quando trabalhada de forma não planejada.

Para fundamentar tais conceitos abordados, foram utilizados dados referentes ao município de Ipojuca e à Ilha de Itamaracá, ambos localizados no Estado de Pernambuco e lugares bastante explorados pela atividade turística.

A metodologia utilizada como arcabouço para este estudo configura a pesquisa explicativa, que de acordo com Dencker (2007, p.152/153) “[...] procura identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos”, quanto ao seu procedimento é considerada bibliográfica e documental, por se utilizar de “[...] livros, artigos científicos, arquivos de instituições públicas e privadas e dados estatísticos”.

A utilização da bibliográfica de fonte primária e secundária, aliada a dados empíricos dos autores, dados estes relacionados a pesquisas anteriormente realizadas e a pesquisas em bases de dados, fundamentam a coleta dos dados analisados.

Mediante essa busca, percebe-se que é fundamental o comprometimento dos gestores públicos, o engajamento de instituições privadas e, principalmente, a participação da população da comunidade receptora em todas as etapas do planejamento, inclusive antes mesmo da sua elaboração, pois, além dela ser a principal afetada por todos os impactos provenientes do turismo, positivos ou negativos, o seu envolvimento garantirá a sustentabilidade política de todo o processo.

## **O planejamento turístico e sua relação com a cultura e o meio ambiente**

Sendo o turismo uma atividade que sobrevive do consumo dos espaços, deve ser planejado para que os impactos advindos de suas ações possam ser minimizados da melhor forma possível. O planejamento do turismo deve envolver a população local e,

principalmente, o poder público, o qual deve instituir normas e diretrizes para estabelecer políticas públicas adequadas a cada necessidade.

Essas políticas devem surgir com a finalidade de monitorar e amenizar os efeitos negativos acentuados nos destinos em que não há um planejamento efetivo, principalmente em áreas onde o turismo é uma atividade predominante. Para se desenvolver da forma mais apropriada, o turismo deve realizar seu planejamento atendendo aos anseios da população local, dos turistas e do poder público (VIANA, CUNHA e ANJOS, 2009).

Ao trabalhar o produto turístico dessa forma, a localidade receptora passa a proteger o seu patrimônio, evitando assim uma possível descaracterização dos locais de cunho natural, bem como do patrimônio cultural das comunidades (BIGNAMI, 2004).

É comum que o termo sustentabilidade venha sempre seguido de natureza ou meio ambiente, porém, não há como descartar que o seu uso também pode se referir ao ambiente cultural. A natureza, assim como os fatos históricos, as crenças e as tradições existentes devem ser preservadas e também de forma sustentável.

Sabe-se que junto com a sociedade contemporânea surgiu também à necessidade de conhecer outros povos e outras culturas, o desenvolvimento dos meios de transportes permitiu maior deslocamento do indivíduo, auxiliado também pela disponibilidade do tempo livre e da renda do trabalhador.

Isso fez perceber que, ao mesmo tempo em que os espaços vão se tornando mais acessíveis, é necessário que ocorram adaptações tanto na formação dos indivíduos quanto da sociedade, porém, essas adaptações devem surgir de forma educacional ou ambiental e devem ser apresentadas a partir de uma lógica ecológica, social e participativa (VIANA, GIUMELLI e CRUZ, 2008).

Dentro dessa lógica, a sustentabilidade surge relacionada à conservação do ambiente natural e cultural, pois quando se trata de desenvolvimento sustentável, algumas atividades econômicas executam suas práticas de forma mais consciente, ou ainda, de acordo com Viana, Giumelli e Cruz (2008, p.8) “[...] menos poluidora, mais aceitável pela sociedade moderna, cada dia mais responsável e preocupada com o futuro”.

Não apenas o fato de poluir, como também o de degradar o ambiente natural e construído, diante desses fatores, o turismo sustentável surge como uma forma de minimizar cada vez mais os impactos negativos gerados pela prática do turismo, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação e o desenvolvimento das áreas onde o turismo acontece

(VIANA, GIUMELLI e CRUZ, 2008).

A comunidade local deve estar envolvida no planejamento e nas tomadas de decisões, participando e auxiliando no que se refere às suas necessidades e expectativas em relação às atividades geradas pelo turismo. A partir do desenvolvimento da comunidade local mediante um planejamento, é que ocorrem mudanças na estrutura econômica, social e cultural das localidades receptoras.

Dessa forma, os benefícios para as comunidades envolvidas somente virão com investimentos realizados, dentro do processo estrutural relacionado com a economia local, a infra-estrutura básica (saneamento, educação e saúde) e a qualificação da mão-de-obra para o turismo.

Sendo o espaço um fator da evolução social, formado por objetos geográficos, naturais e artificiais, e pela sociedade, todas as vezes que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e as políticas também sofrem algumas alterações, embora que em ritmos e intensidades diferentes (SANTOS, 1997).

Assim também acontece com os atrativos turísticos, naturais ou construídos, pois eles vão se transformando para poderem se adaptar às necessidades das sociedades.

### **Os principais conflitos e fragilidades de uma atividade turística não planejada**

Antes de se planejar o turismo sustentável, é imprescindível o conhecimento dos postulados do desenvolvimento sustentável, redefinidos por Ignacy Sachs. Dentre os seus vários conceitos, o mais difundido define o desenvolvimento sustentável como um novo modelo de produção onde a sociedade atual utiliza os recursos naturais para suprir as suas necessidades, respeitando os limites e a capacidade de renovação da natureza, garantindo, dessa forma, que as futuras gerações possam fazer o mesmo.

De acordo com Sachs (2002, p.29) o desenvolvimento sustentável está fundamentado nos seguintes pilares:

- *Sustentabilidade social*: baseada numa distribuição mais justa das riquezas e na criação de condições para que as populações mais carentes possam gerar renda, com o objetivo final de diminuir as desigualdades sociais;
- *Sustentabilidade econômica*: modo de produção comprometido com o respeito ao meio ambiente e a redução dos seus danos, acompanhado de uma gestão eficiente dos recursos e constantes investimentos públicos e privados;

- *Sustentabilidade ecológica*: redução da poluição, da produção de lixo, aumento da reciclagem, redução do consumo de energia, desenvolvimento de energias limpas, redução do consumo pelos países mais ricos e definição de regras para uma eficiente proteção ambiental;
- *Sustentabilidade espacial*: reequilíbrio da ocupação demográfica urbana e rural;
- *Sustentabilidade cultural*: respeito às tradições, práticas e costumes de cada região, analisando cuidadosamente os seus impactos no meio ambiente;
- *Sustentabilidade política*: importantíssima, pois sem vontade política e apoio da comunidade receptora todo o processo é seriamente comprometido, fadado ao insucesso.

O desenvolvimento sustentável vai além do modelo de produção, pois está calcado numa nova postura ética em relação ao meio ambiente e à própria sociedade, onde cada cidadão é chamado a refletir sobre o seu atual estilo de consumo e de vida. Dessa reflexão demandam várias decisões pessoais, dentre elas sobre o consumo consciente, onde cada indivíduo determina o seu grau de necessidade, ou seja, define aquilo que é essencial ou supérfluo. É justamente devido à pessoalidade dessas decisões que o tema é tão complexo, afinal, o que é essencial para uma pessoa pode não ser para outra e isso varia de acordo com diferenças regionais, sociais, ambientais e culturais.

Outro fator de entrave da nova postura ética baseada na sustentabilidade é o fato de, ainda hoje, grande parte da população não se identificar como integrante do meio ambiente visto por essas pessoas como restrito à fauna e à flora. O ser humano, além de fazer parte, é o principal agente transformador do meio ambiente. Infelizmente, ao longo da nossa história, as transformações ambientais sempre foram catastróficas e os seus efeitos sempre se voltaram contra o próprio homem. Abraçar esta nova postura ética é, acima de tudo, exercer a cidadania.

Alguns fatores sociais como a pobreza, a marginalidade, a má distribuição de renda e as difíceis condições de vida, ainda pertinentes no nosso País, são entraves do desenvolvimento, pois passam necessariamente por um meio ambiente ecologicamente e culturalmente desequilibrado, mas, para mudar isso, é preciso que todos os agentes envolvidos vislumbrem um bem maior: a sustentabilidade do planeta e da vida humana.

Essa busca para alcançar a sustentabilidade, e estabelecer um planejamento adequado ao turismo, deve acontecer de forma equilibrada e igualitária. A corrida pelo equilíbrio natural e

cultural torna-se difícil, como, por exemplo, no Brasil, onde as questões sociais ainda são os principais entraves para esse desenvolvimento, pois muitas pessoas ainda estão desprovidas de condições mínimas estabelecidas à sobrevivência humana, como alimentação, saúde e educação.

Ao fincar suas raízes com base no planejamento, o turismo deve trabalhar em busca de melhorias para as comunidades. O Poder Público não deve permitir que o turismo seja inserido em uma localidade apenas com a intenção de melhorá-la, pois o processo deve ser inverso: primeiro melhora-se a estrutura para depois recebê-lo. O turismo também deve surgir como uma alternativa de melhoria econômica às comunidades receptoras e não como a única salvação.

Para que o turismo seja inserido como uma possibilidade de fonte de renda em uma localidade, a mesma deverá possuir previamente uma infra-estrutura econômica, social e natural para dar início à atividade. Quando isso não acontece, os lugares são apenas explorados, devastados e depois esquecidos, os problemas existentes anteriormente vão continuar e, em alguns casos, com proporções ainda maiores.

Esse é o maior cuidado que os profissionais que trabalham com o planejamento e o desenvolvimento turístico no Nordeste brasileiro devem ter com as comunidades receptoras. É fato, que, é uma atividade ainda em expansão e por tal motivo deve ter o seu desenvolvimento monitorado pelos órgãos governamentais competentes, tanto para dar o suporte estrutural à comunidade local, quanto para fazer valer o respeito à natureza e a cultura da população autóctone.

A atividade turística no Nordeste do Brasil vem crescendo aceleradamente nas últimas décadas em todos seus aspectos: em número de turistas; no volume de capital gerado por essa atividade; nas transformações no meio ambiente, sobretudo em decorrência das obras de infraestrutura; e nas mudanças de comportamento da população, alterando em muitos casos a própria cultura das comunidades receptoras.

A fragilidade da estrutura econômica na região nordeste, marcada pela grande desigualdade social, faz com que a atividade turística seja vista como uma das poucas atividades viáveis em busca do desenvolvimento e superação dessas deficiências. Porém, o imediatismo, que tem caracterizado a implantação desta atividade, compromete os resultados ao longo de todo o processo, refletindo a falta de planejamento, o que inibe a maximização dos benefícios advindos do turismo e potencializa os seus impactos negativos.

O Brasil apresenta um histórico recente no que se refere à intervenção governamental, especificamente na área do turismo. De acordo com o Ministério do Turismo (2009, p.30) “tradicionalmente, as políticas públicas mais discutidas e implementadas referem-se às áreas da saúde, educação, habitação, energia, agricultura, indústria, comércio, segurança, esportes e economia”. Porém, nessas últimas décadas, surgiram políticas direcionadas ao meio ambiente, patrimônio histórico, artístico e cultural e as políticas de turismo.

O desenvolvimento do turismo no Brasil cresceu lentamente. Observando o histórico das ações relacionadas ao turismo verificou-se que entre as décadas de 1930 e 1940 as ações ligadas ao turismo destinavam-se a proteção dos bens históricos e artísticos nacionais e à fiscalização de agências e vendas de passagens; nas décadas de 50 e 60 surgiram a Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV), o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur); nas décadas de 70 e 80 surgem os cursos superior de Turismo, o mercado passa a explorar as atividades turísticas e a Embratur incorpora leis ambientais na formulação das políticas públicas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

Embora o desenvolvimento andasse de forma morosa, ainda nas décadas de 1990 a 2000 o turismo passou a ser de responsabilidade do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Foi criado o Plano Nacional de Turismo, implantado o Prodetur/NE, com as diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo e foi lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Posteriormente, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo e apresentadas novas políticas Nacional de Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

As mudanças relacionadas ao turismo ainda são recentes, pois o Ministério do Turismo foi criado em 2003, isso explica o fato do planejamento turístico ser feito nos níveis estadual e municipal com o mínimo de auxílio do Governo Federal. Nos últimos trinta anos duas políticas de turismo destacam-se na região Nordeste: a primeira, conhecida como Política de Mega projetos, corresponde à prática de implantação de grandes projetos turísticos nos Estados, financiados pela União. A segunda é o PRODETUR (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), que tem como principal fundamento o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento do turismo em escala regional.

Tanto a Política de Mega projetos quanto o PRODETUR se mostraram ineficazes, pois apresentam uma clara tendência à criação de territórios turísticos isolados desconectados dos seus respectivos contextos locais, criando verdadeiras “ilhas da fantasia”. O turismo representa hoje para o Nordeste a mais importante alternativa de desenvolvimento econômico,

tanto por seu potencial natural, quanto pelo seu relativamente baixo custo de implantação e ao retorno financeiro rápido característico desta atividade.

Diante disso, vale ressaltar que o planejamento é a única forma de garantir a sustentabilidade da atividade turística sem comprometer todo o sistema. Lembrando que o planejamento deve ser precedido de um minucioso estudo das potencialidades e fragilidades do local onde a atividade turística será desenvolvida. Após o estudo e, a identificação dos problemas, segue-se para o planejamento propriamente dito, ou seja, a tomada de decisões e execução do plano de ação para, finalmente, o acompanhamento, controle, monitoramento e avaliação das atividades.

O planejamento turístico, assim como qualquer outro tipo de planejamento, não deve ser rígido. Os gestores devem ter sensibilidade e flexibilidade para adaptá-lo de acordo com as necessidades e condições, o que é decisivo para o seu bom funcionamento, afinal, o ciclo deve ser contínuo e auto alimentável.

A partir do momento em que a atividade turística é implantada, o ambiente sofre modificações. Para Ferreira (2008) os impactos ambientais advindos do turismo emergem devido às transformações que essa atividade ocasiona no meio natural, ao elucidar esta explanação este autor afirma que:

A relação entre turismo e meio-ambiente é indiscutível, uma vez que o último constitui a matéria-prima da atividade turística. O meio-ambiente é o elemento e o ingrediente mais fundamental do produto turístico, que não tem preço fixado dentro de um sistema de mercado e, como tal, sempre será super-explorado (FERREIRA, 2008, p.49).

Assim, dentro do conceito estabelecido por Sachs, são observados os principais impactos causados quando há ausência de planejamento na atividade turística:

#### ➤ **Impactos Ambientais Negativos Mais Relevantes na Comunidade Receptora**

- Aumento dos níveis de poluição em todas as suas formas – poluição atmosférica, com a emissão maior de gases nocivos à camada de Ozônio; poluição da água, principalmente devido ao aumento da emissão de esgoto não tratado nos rios e mares; lançamento de óleo na água por jet-skis, lanchas e outras embarcações; poluição sonora; poluição do solo, causada principalmente pelo aumento na geração de lixo e resíduos sólidos;

- Aumento da demanda por energia elétrica – o que representa a necessidade de mais geração de energia, onde o modelo energético mais utilizado no Brasil é o hidroelétrico, que causa grandes impactos ambientais;
- Aumento do consumo e da necessidade de abastecimento de água potável – o que pode representar um risco às reservas de lençóis freáticos;
- Assoreamento da costa – a diminuição da profundidade, comprometendo o tráfego de embarcações. A atividade turística sem planejamento também favorece ações humanas predatórias, a exemplo da destruição de corais e da pesca predatória durante o período de defeso das espécies;
- Degradação da fauna e flora local – devido aos desmatamentos, caça e pesca predatória, além do tráfico biológico de espécies nativas;
- Alteração da paisagem natural – desmatamento para a construção desordenada de edifícios, hotéis e realização de obras de infra-estrutura, como estradas de acesso.

Os impactos sócio-culturais provenientes da atividade turística não planejada afetam, em maior ou menor grau, tanto a população local quanto os turistas. O planejamento, a gestão, o controle e o monitoramento bem desenvolvidos do turismo são fundamentais para que a interação entre estes dois grupos não seja marcada por experiências traumáticas, assim explana Foster (1962) afirmando que:

[...] as sociedades que permitem aos seus membros amplo contato com outras sociedades poderão esperar mudar mais rapidamente e tornar-se mais complexas do que as sociedades cujos componentes têm pouco contato fora de seus agrupamentos locais. Quanto maior o âmbito de novidade a que o povo é exposto, maior a probabilidade de que adote novas formas. O contato entre sociedades é o maior determinante da mudança de cultura (FOSTER, 1962, p.33).

#### ➤ **Impactos Sócio-Culturais Negativos Mais Fortes na Comunidade Receptora**

- Turismo sexual e aumento da prostituição – visto às vezes como algo banal, comum e, em muitos casos, tolerado devido à sua grande movimentação financeira. A prostituição pode desenvolver-se, inclusive, em locais onde antes não estava presente;

- Aumento dos casos de doenças sexualmente transmissíveis – a desinibição sexual de alguns turistas, por estarem longe do ambiente de origem, favorece o aumento dos casos de doenças sexualmente transmissíveis;
- Crescimento do tráfico de drogas e dos índices de criminalidade – o tráfico de drogas dispõe de uma estrutura organizada, e eficaz no esquema de distribuição para suprir os turistas usuários. Na maioria das vezes, essa rede é composta por jovens da comunidade local, que ingressaram muito cedo na marginalidade e praticam outros tipos de crime, como assaltos a turistas;
- Perda da identidade e cultura locais – em função do *efeito demonstração*, muitos indivíduos da comunidade local copiam os hábitos e costumes dos visitantes, desprezando as suas tradições;
- Descaracterização e plastificação da cultura local – aos poucos a cultura local vai perdendo seus referenciais históricos para tornar-se um espetáculo estilizado para o entretenimento dos turistas;
- Choques culturais entre os turistas e a comunidade receptora – a causa principal desse impacto negativo é a falta de conhecimento, compreensão e respeito aos costumes e culturas dos ambos os grupos, causando antipatia entre os mesmos;
- Clima de hostilidade dos visitantes por parte da população de áreas carentes – causada pelo aparente esbanjamento e riqueza dos turistas. A população, pode se sentir desprezada pelo Poder Público em relação aos visitantes.

Os impactos sócio-culturais em determinadas situações causam o esfacelamento dos costumes de um povo, com mudanças no modo de vida e até no dia-dia da população local, isso mostra que a atividade turística quando não planejada pode gerar resultados com situações irreversíveis a uma localidade.

### **Um olhar direcionado às praias de Porto de Galinhas e Itamaracá em Pernambuco.**

Em relação ao exposto, percebe-se a necessidade do planejamento para a sustentabilidade do meio ambiente, da cultura e da própria atividade turística. Porém, este planejamento deve ser cuidadosamente elaborado, executado, gerido, controlado e, principalmente, monitorado, pois um planejamento, embora estruturado, deve ser específico para cada localidade, haja vista não existir um modelo de planejamento específico que possa ser aplicado a todas as situações existentes ou que venham a surgir.

Sendo a sustentabilidade compreendida por seus resultados em longo prazo, ao assegurar a inclusão e a coesão social e política num processo de desenvolvimento, seu valor

agregado passa a ser gerado por meio de lei de otimização e não da maximização da renda (BENI, 2006).

Mediante estas informações, o estado de Pernambuco apresenta algumas localidades, como exemplos de como não se deve explorada a atividade turística. A Ilha de Itamaracá, no litoral norte pernambucano, é um clássico exemplo de quão nociva ao meio ambiente é a atividade turística não planejada. Itamaracá foi, há poucas décadas, um dos destinos turísticos mais visitados do Nordeste e atualmente padece com os resultados negativos da exploração da atividade turística, como a poluição, precárias condições de infra-estrutura, altos índices de marginalidade e o conseqüente abandono do Poder Público.

A praia de Porto de Galinhas, localizada no município de Ipojuca, também em Pernambuco, apresenta uma situação semelhante à de Itamaracá, pois a forma pela qual se desenvolve o turismo em Porto de Galinhas causa impactos negativos ao meio ambiente e à população autóctone.

Em se tratando de atividade turística, a preservação ambiental é uma condição primária para o desenvolvimento de práticas relacionadas ao turismo. Dentro desse contexto, foram utilizados como comparativos dois destinos em Pernambucanos, um que já foi bastante visitando, explorado teve sua ascensão e queda sem o devido planejamento adequado, e outro que ainda não se sabe até quando suportará a ausência do planejamento turístico. Estes destinos são respectivamente a Ilha de Itamaracá que já passou por seu período de ascensão na década de 80, decaiu na década de 90 e atualmente está estagnada, e o município de Ipojuca, onde se situa a praia de Porto de Galinhas, atualmente bastante visitada por turistas e visada por empresários das redes gastronômica e hoteleira.

Diante do que foi observado em relação aos impactos causados em função da ausência de planejamento para as atividades turísticas, serão mostrado alguns dados comparativos relacionados a impactos sociais, ecológicos, econômicos e espaciais. Estes dados são extraídos de dois complexos turísticos: a Ilha de Itamaracá e o município de Ipojuca, onde esta localizada a praia de Porto de Galinhas, sendo o primeiro explorado até chegar à estagnação e o segundo, ao que tudo indica, caminhe para o mesmo processo.

Ao abordar as questões relacionadas aos impactos sociais, algumas regiões do Brasil ainda pecam nessas questões. Quando há uma distribuição de forma mais justa, às condições das populações mais carentes, as desigualdades sociais tendem a diminuir. Dessa forma, observou-se que em se tratando de impactos sociais, as questões de saneamento básico

continuam sendo ainda das mais pertinentes, pois os resultados vão de encontro ao equilíbrio do meio ambiente e a saúde de moradores e visitantes.

Em relação aos dados relacionados a domicílios particulares permanentes, por tipo de esgotamento sanitário no ano de 2007, o Município de Ipojuca apresenta um total de 13.414 domicílios, dos quais 10.892 possuem banheiros ou sanitários com apenas 3.030 ligados à rede geral de esgotos, destes, 160 domicílios despejam seus dejetos nos rios, lagos ou mar. A Ilha de Itamaracá mostra um total de 3.642 domicílios, dos quais 3.303 possuem banheiros ou sanitários, destes, 44 domicílios despejam seus dejetos nos rios, lagos ou mar, apenas 18 são ligados à rede geral de esgotos e o restante utiliza-se de fossa séptica e vala (CONDEPE/FIDEM, 2009a).

Esse tipo de procedimento dado aos dejetos, ainda é comum em muitas cidades e municípios brasileiros, porém isso fere a ordem natural e social de uma localidade e do seu povo. A falta ou até mesmo a ausência de saneamento básico é um fator relevante na saúde da população residente e dos visitantes que buscam por conhecer essas localidades.

Os dados apresentados mostram números elevados de domicílios que têm seus dejetos polindo os atrativos turísticos, quer sejam praias, rios, lagos e até o próprio solo, pois, são depositados sem nenhum tipo de tratamento adequado. Embora os números apontem para 160 domicílios que despejam seus dejetos em rios, lagos ou mar, os outros 7.702 domicílios utilizam a fossa séptica, a qual gera um risco de contaminação e poluição do solo.

No que se refere à proporção de domicílios particulares permanentes, em 2008 essa pesquisa relata três tipos de saneamento: *Adequado* - Domicílios com escoadouros ligados à rede-geral ou fossa séptica, servidos de água proveniente de rede geral de abastecimento e com destino do lixo coletado pelos serviços de limpeza; *Semi-adequado* - Domicílios que possuem, pelo menos, um dos serviços de abastecimento de água, esgoto ou lixo adequado; e *Inadequado* - Domicílios com escoadouro ligados à fossa rudimentar, rio, lago ou mar e outro escoadouro, servidos de água proveniente de poço ou nascente (CONDEPE/FIDEM, 2009a).

Dentro dessas categorias, o Município de Ipojuca apresenta um saneamento de 20,8% adequado, 54,7% semi-adequado e 24,5% inadequado. Não muito diferente, a Ilha de Itamaracá apresenta um saneamento de 1,5% adequado, 74,7% semi-adequado e 23,8% inadequado (CONDEPE/FIDEM, 2009a).

Ao observar esses números, vê-se que a realidade de Ipojuca não está muito diferente da Ilha de Itamaracá, pois o saneamento apresenta-se inadequado em mais de 20% nas duas

localidades. Isso significa que a proporção significativa no aumento do número de turistas, nesse caso não é um benefício à comunidade ou a população local, pois esse tipo de fragilidade no planejamento deve ser observado para que não venha a se desenvolver qualquer tipo de atividade, atratividade ou infra-estrutura inadequada relacionada ao turismo que cause mais transtorno a população local.

Esse tipo de trabalho deve ser realizado da forma cautelosa, pois em alguns momentos o desenvolvimento inadequado de uma área pode mascarar uma realidade pior do que a imaginada e, não apenas causar impactos ambientais, como também econômicos à localidade.

No que diz respeito às questões relacionadas aos impactos econômicos, em se tratando de turismo, os meios de hospedagem apresentam-se como agregadores da economia local, pois geram emprego, renda e circulação de moeda na localidade. Mas essa produção, quando não planejada, compromete os recursos relacionados à sociedade e ao meio ambiente.

Os empreendedores que pretendem estabelecer equipamentos de hospedagem em uma localidade, devem previamente realizar estudos de mercado, de demanda e oferta, tanto de turistas, quanto de equipamentos já existentes na localidade e em suas proximidades. Isso para que sejam evitados futuros inconvenientes, pois, da mesma forma que este setor emprega, desemprega; do mesmo modo que minimiza danos à sociedade, à economia e ao meio ambiente, pode maximizá-los, mais ainda quando os recursos e investimentos públicos e privados são insuficientes ou inexistentes.

A oferta dos meios de hospedagem (assim considerados os estabelecimentos com serviços de hospedagem, os quais ofertem alojamento temporário para hóspedes e cobrança de diária pela ocupação da unidade habitacional), de acordo com dados do CONDEPE/FIDEM (2009) no ano de 2008, foi divulgada pela Empetur essa relação nos municípios do Estado de Pernambuco. O Município de Ipojuca apresenta uma vasta oferta dos meios de hospedagem, onde há 167 estabelecimentos cadastrados pela Empetur, dos quais 19 estão configurados como hotéis, 3 como apart hotéis ou flats, 101 como pousadas e 44 não especificados. Visivelmente diferente de Ipojuca, a Ilha de Itamaracá mostra um total de 19 estabelecimentos, também cadastrados pela Empetur, onde 3 configuram hotéis, 6 são pousadas e 10 aparecem sem especificação (CONDEPE/FIDEM, 2009a).

Quando as questões relacionadas são tratadas em relação aos impactos ecológicos, é necessário que haja uma redução da produção de lixo e do consumo de energia, ao mesmo tempo em que deve ocorrer um aumento da reciclagem e incentivo para o desenvolvimento de

fontes de energia limpa. Os principais impactos ambientais que afetam os recursos hídricos em ambos os municípios observados são: lançamento de efluentes oriundos tanto de matadouros públicos e clandestinos localizados às margens dos rios em vários municípios; uso de agrotóxicos nos plantios localizados às margens dos rios; presença de lixões nas proximidades de cursos d'água, eliminando chorume que escorre para os mesmos; lançamento de lixo doméstico pela população, diretamente na calha dos rios e riachos; lançamento de esgoto público sem tratamento nos mananciais; lixo hospitalar sem tratamento, depositado em áreas próximas aos mananciais (CONDEPE/FIDEM, 2009b).

Essas fragilidades visivelmente encontradas nas localidades anteriormente citadas apenas mostram os cuidados que os agentes envolvidos com o planejamento turístico devem ter, pois, uma atratividade turística deve se desenvolver em um espaço que apresente infraestrutura adequada para suportar, mais visitantes, mais alojamentos, mais comércio, caso contrário o ambiente torna-se caótico e deixa de se tornar atrativo aos seus visitantes. Isso aconteceu a Itamaracá na década de 80 e está prestes a ocorrer em Porto de Galinhas, que em determinadas períodos do ano torna-se um ambiente caótico com frequentes falta d'água, energia e coleta de lixo.

Em se tratando do destino dado ao lixo proveniente do domicílio particular permanente a pesquisa classificou como: *coletado por serviço de limpeza*, quando o lixo do domicílio é recolhido diretamente por serviço de empresa pública ou privada, ou *colocado em caçamba de serviço de limpeza*, quando o lixo do domicílio é depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletada por serviço de empresa pública ou privada; *não coletado* quando o destino do lixo é queimado (na propriedade), enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio ou logradouro e jogado em rio, lago ou mar; *outro destino* quando o lixo do domicílio tinha destino distinto dos descritos anteriormente (CONDEPE/FIDEM, 2009a).

Referente a isso foi observado que em relação aos domicílios particulares permanentes, por destino do lixo, o município de Ipojuca apresenta um total de 13.414 toneladas de lixo produzido, dos quais 9.602 são coletados, 921 são queimados, 72 enterrado, 2.637 jogados em terrenos baldios, 69 são jogados em afluentes e 113 recebem outros destinos. Na Ilha de Itamaracá, esses números se mostram em um total de 3.642 toneladas de lixo produzido, dos quais 1.344 são coletados, 678 são queimados, 54 enterrado, 1.536 jogados em terrenos baldios, 21 são jogados em afluentes e 19 recebem outros destinos (CONDEPE/FIDEM,

2009a).

Em ambos os casos, observou-se que a poluição causada ao meio ambiente se deve em função dos dejetos que não passam por um tratamento adequado. O lixo, que tem como destino final rios, lagoas, mares, terrenos desocupados e a prática da queima, além poluir o meio ambiente, em alguns casos são grandes causadores de pestes e doenças, colocando em risco a saúde dos turistas e da população. Isso é uma fragilidade presente nesses destinos turísticos, pois torna a localidade vulnerável a aversão por parte de potenciais visitantes ou mesmo de possíveis redes de comércio ou hospedagem com interesse de se instalar no local.

Em se tratando do impacto relacionado ao espaço físico, deve existir um equilíbrio da ocupação demográfica entre as áreas urbana e rural. Os indivíduos que vivem em ambas têm necessidades semelhantes, como saúde, educação e saneamento básico, não devendo existir um abismo entre essas duas realidades.

O amadurecimento da inserção do processo de planejamento turístico deve servir para reforçar os valores das localidades e dos povos que ali vivem. Garantir a sustentabilidade ambiental, econômica e social é primordial para o desenvolvimento da atividade turística e de melhores condições de vida da população local.

### **Considerações finais**

As questões relacionadas ao desenvolvimento social, ecológico e econômico não apresentam condições ideais para desenvolver atividades relacionadas ao turismo, pois as ações do Poder Público andam de forma tão lenta que, mesmo com um mínimo de saneamento realizado pela prefeitura, ainda não é o bastante para se chegar ao ideal de um lugar que queira receber visitantes.

É impossível não considerar os benefícios econômicos que a atividade turística traz às localidades em que é implantada, porém, apesar do retorno financeiro, esses benefícios devem ser vistos como a consequência de todo o processo dessa atividade e não como a sua razão principal de apenas ser implantada.

Diante do exposto, esta pesquisa resultou no esclarecimento referente às políticas de turismo que vêm se desenvolvendo no País, pois, mesmo com a recente preocupação de promover tal atividade no Brasil, o incentivo do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento de regiões turísticas deixa evidente as péssimas condições existentes para a

sustentabilidade de atividades relacionadas ao turismo. Este estudo teve a finalidade de apresentar os principais impactos sociais, ecológicos e econômicos provenientes da atividade turística quando não planejada.

A investigação realizada resultou em questões relacionadas aos impactos sociais, econômicos e ambientais causados por uma atividade turística sem o devido planejamento. Dessa busca, foram surgindo aspectos que ainda não são devidamente trabalhados pelo Poder Público.

Em relação aos impactos gerados, foi observado que para minimizar danos à sociedade, à economia e ao meio ambiente, os empreendedores de comércios relacionados ao turismo devem previamente realizar estudos de mercado, de demanda e oferta, tanto de turistas, quanto de equipamentos já existentes na localidade e em suas proximidades. Ao disponibilizar maior atenção ao planejamento turístico pode-se evitar um futuro ambiente caótico e sem atrativo aos seus visitantes.

Em relação aos impactos sociais, foi visto que as questões relacionadas ao saneamento básico continuam sendo ainda um fator pertinente no que se refere ao desenvolvimento de atividades turísticas nas localidades. Os resultados não são favoráveis ao meio ambiente, tampouco à saúde de moradores.

Dos municípios analisados, a atividade turística sendo constante ou não, ainda é pouco representativa para a melhoria de saneamento básico, aonde o município de Ipojuca e a ilha de Itamaracá se mostram pouco adequados em relação ao saneamento existente. Isso confirma que o erro ocorrido no planejamento turístico de Itamaracá não serviu como exemplo para estabelecer mudanças em Ipojuca.

No que foi verificado referente aos impactos econômicos, observou-se que em alguns momentos o desenvolvimento inadequado de uma área pode mascarar uma realidade pior do que a imaginada e, não apenas causar impactos ambientais, como também econômicos à localidade. Os meios de hospedagem, por exemplo, apresentam-se como agregadores da economia local, pois geram emprego, renda e circulação de moeda na localidade. Mas essa produção, quando não planejada, compromete os recursos relacionados à sociedade e ao meio ambiente.

Os meios de hospedagem agregam valor à economia local, da mesma forma que acarretam prejuízo a população local e aos empreendedores do setor hoteleiro, quando estes desprezam o estudo de mercado e de demanda.

Em se tratando dos impactos ecológicos, nesse estudo foi verificado que a poluição causada ao meio ambiente das praias de Itamaracá e Porto de Galinhas se deve principalmente aos dejetos que não passam por um tratamento adequado.

Da mesma forma que o lixo, quando não tem seu destino final depositado de forma correta, gerando doenças e tornando a localidade vulnerável à aversão por parte de potenciais visitantes, a ausência de saneamento básico também é um fator relevante, tanto a saúde da população residente quanto a dos visitantes ou até mesmo por possíveis redes de comércio ou hospedagem com interesse de se instalar no local.

A realidade de Ipojuca e Itamaracá, no que se refere ao saneamento implica de forma negativa num possível aumento do número de turistas, pois nesse caso não será um benefício à comunidade ou a população local, desenvolver qualquer tipo de atividade relacionada ao turismo que cause mais transtorno a população local.

Nesse caso é necessário que haja mais consciência por parte dos cidadãos, tanto na produção e no descarte do lixo, quanto no consumo de energia e, atrelado a esse consumo minimizado, devem ser desenvolvidos programas de reciclagem para a produção de energia limpa nas áreas aonde o turismo se desenvolve.

## Referências

- BENI, Mário Carlos. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.
- BIGNAMI, Rosana. *Comunicação como fator estratégico do produto turístico*. In: RUSCHMANN, D. V. M; SOLHA, K.T. (org.) *Turismo: Uma visão empresarial*. Barueri: Manole, 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. *Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: Formação de gestores das políticas públicas do turismo*. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.
- CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. *Base de dados do Estado de Pernambuco: Econômica e Social*. Disponível em: <[http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo\\_site2.aspx](http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx)>. Visitado em: out. 2009a.
- \_\_\_\_\_. *Estudos Ambientais: relatório hidrográfico municipal*. Disponível em: <[http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p\\_l\\_id=PUB.1557.18](http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1557.18)>. Visitado em: out. 2009b.
- DENCKER, Ada de Freitas M. *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

FERREIRA, Andréia Fernandes Passos. *Impacto do Turismo Sobre o Meio Ambiente*. São Paulo: Turismo e Lazer, 2008.

FOSTER, George. M. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1962.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIANA, Lina Juliana Tavares; CUNHA, Daniela Rodrigues da; ANJOS, Francisco Antônio dos. A comercialização do produto turístico associado à infra-estrutura e desenvolvimento: análise da Rota dos Tropeiros/PR. In: *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 48-58, 2009.

VIANA, Lina Juliana Tavares; GIUMELLI, Olívia Duquia; CRUZ, Mário Henrique Thomé da. O uso sustentável da natureza pelo eco(turismo): uma análise empírica do uso da educação ambiental em locais públicos e privados. In: *X SIT (Seminário Internacional de Turismo)*, Curitiba: 2008.

**Recebido em 09.10.2009. Aprovado em 08.02.2010.**